

# POBREZA, ASSISTÊNCIA E POLÍTICA SOCIAL EM PORTUGAL NOS SÉCS. XIX E XX - PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS\*

Maria Antónia Lopes (com a colaboração  
de João Lourenço Roque)

(em *A Cidade e o Campo. Colectânea de estudos*. Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, pp. 63-83).

Tem como objectivo este pequeno estudo caracterizar nas suas grandes linhas as abordagens historiográficas portuguesas da pobreza, da assistência e da política social dos séculos XIX e XX. Avançar-se-ão igualmente algumas das conclusões a que se tem chegado. Como não existe entre nós propriamente uma “história da pobreza”, optámos por salientar algumas obras e autores que nos seus trabalhos incluem investigação que ilumina essa área ainda tão desconhecida, ou desfocada, da nossa história como são “os pobres” e a política social que os enquadra ou pretende enquadrar.

Não pretendemos ter sido exaustivos, nem esse foi o nosso propósito. Haverá por certo trabalhos igualmente úteis que não citámos, mas trata-se aqui de uma primeira abordagem essencialmente exploratória.

## 1. História da pobreza até 1974

Os expostos (uma das questões que, dentro desta temática, mais cedo chamou a atenção dos homens de oitocentos)<sup>1</sup>, a caridade praticada pelas Misericórdias<sup>2</sup>, os presos e as

---

\* Artigo originalmente publicado em castelhano sob o título “Pobreza, asistencia y política social en Portugal en los siglos XIX e XX. Perspectivas historiográficas” em *Ayer. Pobreza, beneficencia y política social*, nº 25, Madrid, Asociación de Historia Contemporánea/Marcial Pons, 1997, pp. 211-240.

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo: José Pinheiro de Freitas Soares, “Memoria, sobre a preferencia do leite de vacas ao leite de cabras para o sustento das crianças, principalmente nas grandes Casas dos Expostos; e sobre algumas outras materias, que dizem respeito à criação delles” em *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, T. V, Lisboa, Off. da Academia Real das Sciencias, 1815; Felipe Alipio F. de Araújo e Castro, “Projecto sobre a Administração dos Expostos” (datado de Lisboa, 1813), *O investigador Portuguez em Inglaterra....*, Julho de 1815, pp. 1-12 e Agosto de 1815, pp. 141-181; Vicente A. E. de Carvalho, “De algumas providencias concernentes a Expostos...”, *Jornal de Coimbra*, nº 41, parte II, 1815, pp. 210-217; Luís Soares Barbosa, “Projecto sôbre o estabelecimento de um hospício para a criação dos expostos em cada cabeça de comarca”, *Jornal de Coimbra*, nº 50, parte I, 1817, pp. 73-94; António Joaquim de Gouveia Pinto, *Compilação das providencias que a bem da criação e educação dos Expostos ou Enjeitados se tem publicado e achão espalhados em diferentes artigos de legislação patria....*, Lisboa, Imprensa Regia, 1820 e, do mesmo autor, *Exame Critico e Historico sobre os direitos estabelecidos pela legislação antiga, e moderna, tanto patria como subsidiária, e das nações mais vizinhas, e cultas, relativamente aos Expostos, ou Enjeitados....*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1828; Francisco de Assis de Sousa Vaz, *Noticia sobre o estado actual da Casa da Roda da cidade do Porto....*, Porto, Imprensa aos Lavadouros, 1834; Manuel Emídio Garcia, *Beneficencia publica. A Roda dos Expostos....*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1871.

<sup>2</sup> Joaquim Álvares Pereira, *Resumo historico da Sancta Casa e Irmandade da Misericórdia da cidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1840; Costa Goodolphim, *As Misericordias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897. Em

condições de vida nas cadeias<sup>3</sup>, a instrução popular<sup>4</sup>, a prostituição<sup>5</sup>, as doenças e condições hospitalares<sup>6</sup>, o problema da habitação popular<sup>7</sup>, as associações de socorros mútuos<sup>8</sup>, as condições de vida dos trabalhadores<sup>9</sup> e dos operários em particular<sup>10</sup>, todos estes temas foram tratados no século passado e inícios de novecentos. O problema mais vasto do pauperismo em geral, suas causas e manifestações foram objecto de um interessantíssimo estudo em finais do século XIX<sup>11</sup>. E até uma história geral da beneficência pública em Portugal veio a lume entre 1901 e 1907<sup>12</sup>. Fortunato de Almeida, entre 1910 e 1922, publica a sua *História da Igreja em Portugal*<sup>13</sup>. A obra ressent-se de alguma parcialidade do autor, mas são adiantadas informações úteis e únicas no que concerne à acção assistencial da Igreja. Foram, pois, criadas desde cedo as condições prévias para o aprofundamento nos nossos dias de uma historiografia do pauperismo e da assistência em Portugal. Todavia, a moderna historiografia portuguesa não tem tirado partido destas bases para a constituição de uma “disciplina”

---

1902 foi publicada em Lisboa, pela Typ. da Academia Real das Sciencias, *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (subsídios para a sua historia), 1498-1898....*, de autoria de Victor Ribeiro, obra ainda hoje imprescindível para quem se dedique ao estudo dessa tão importante instituição.

<sup>3</sup> Sebastião José Ribeiro de Sá, *O preso. Esboço do estado das cadeias em Portugal e d'alguns dos seus mysterios*, nova edição, Lisboa, Typ. da Gazeta dos Tribunaes, 1848 (1ª ed: ?); António Aires de Gouveia, *A reforma das cadeias em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1860 e *Resenha das principais cadeias da Europa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1860; João Maria Baptista Calisto, *Algumas palavras sobre o estado actual das prisões em geral e sua refôrma*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1860.

<sup>4</sup> D. António da Costa, *Historia da instrucção popular em Portugal desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871 e *Auroras da Instrucção pela iniciativa particular*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884; M. A. Ferreira Deusdado, *Educadores portugueses*, Coimbra, Liv. França Amado, 1909.

<sup>5</sup> Francisco Inácio dos Santos Cruz, *Da prostituição na cidade de Lisboa....*, Lisboa, Typ. Lisbonense, 1841; Francisco Pereira de Azevedo, *História da prostituição e policia sanitaria no Porto*, Porto, F. Gomes da Fonseca, 1864; Ângelo da Fonseca, *Da prostituição em Portugal*, Typ. Occidental, Porto, 1902.

<sup>6</sup> José Ferreira de Macedo Pinto, *Medicina administrativa e legislativa*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1862-1863; A. C. Vieira de Meirelles, *Memorias de epidemiologia portugueza*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866; Bernardino Antonio Gomes, *Aperçu historique sur les épidémies de choléra-morbus e de fièvre jaune en Portugal, dans les années 1833-1865....*, Constantinople, 1866; A. A. da Costa Simões, *Noticia historica dos hospitais da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1882; Adelino Vieira de Campos de Carvalho, *Prophylaxia da peste, febre amarella e cholera-morbus....*, Coimbra, Typ. França Amado, 1898; José Curry Cabral, “Assistência publica e hospitalização” em *Notas sobre Portugal*, I, Lisboa, 1908.

<sup>7</sup> José Caeiro da Mata, *Habitações populares*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1909.

<sup>8</sup> Costa Goodolphim, *A associação. Historia e desenvolvimento das associações portuguezas*, Lisboa, Typ. Universal, 1876 e *A previdência - Associações de socorro mútuo, cooperativas, caixas de pensões e reformas, caixas economicas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

<sup>9</sup> Léon Poincard, *Portugal ignorado. Estudo social, económico e político ....*, Porto, Magalhães e Moniz, 1912. Este trabalho é, no dizer de Oliveira Marques, “o melhor estudo de conjunto sobre as classes trabalhadoras, sobretudo as rurais” da sua época (*História da 1ª República. As estruturas de base*, dirigida por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d., p. 422).

<sup>10</sup> Fernando Emídio da Silva, *O operariado português na questão social*, Lisboa, 1905 e, do mesmo, *Acidentes de trabalho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

<sup>11</sup> António Luís Gomes, *Ociosidade, vagabundagem e mendicidade....*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892.

<sup>12</sup> Victor Ribeiro, “Historia da beneficencia publica em Portugal”, *O Instituto*, Coimbra, vols. 48 a 54, 1901-1907 e neste último ano editada em Coimbra em forma de livro.

<sup>13</sup> 4 tomos, 8 vols. (t. I a IV parte II, Coimbra, Imprensa Académica; t. IV, parte III, Coimbra, ed. de autor; t. IV, parte IV, Matosinhos, Tip. Leixões), 1910-1922.

própria, a história da pobreza, ou, se preferirmos, para a investigação de uma categoria histórica, os pobres.

A maioria dos estudos históricos portugueses dos anos 1930/1950 inscreve-se na lógica de uma história positivista privilegiando, depois da história política e factual, a enumeração e descrição das instituições. É natural. Não seria de esperar outra coisa para esta época, mas esta corrente historiográfica aprofundou muito pouco a investigação das estruturas assistenciais. Ora, esse aprofundamento seria agora precioso para o avanço em direcção a novas temáticas e metodologias.

A *História de Portugal* dita “de Barcelos”, dirigida por Damião Peres e publicada pelos anos 30<sup>14</sup>, integra para cada período estabelecido um capítulo sobre a assistência de autoria de Ângelo Ribeiro, com ou sem a colaboração de Damião Peres. Aqui se sistematizam os conhecimentos até então adquiridos. Produção importante para a época, notoriamente ultrapassada nos nossos dias, é ainda aí que por vezes vão colher-se informações sobre aspectos institucionais, mas mesmo nesse seu único campo de análise quantas lacunas e imprecisões!

Por estes anos devem-se a Fernando da Silva Correia alguns contributos para a história da assistência em Portugal<sup>15</sup>. A sua obra principal abrange apenas a Antiguidade e a Idade Média, terminando com a reforma hospitalar de finais do século XV<sup>16</sup>, mas outros estudos seus incidem sobre o século XIX<sup>17</sup> ou a realidade do seu tempo<sup>18</sup>. Chegou mesmo a propor, em 1956, um *Esboço dum plano geral de estudo da história da assistência em Espanha* <sup>19</sup>.

Em 1944, Urbano de Mendonça Dias dedica um capítulo do seu estudo etnográfico aos enjeitados revelando práticas utilizadas nas ilhas dos Açores durante o século XIX<sup>20</sup>. A. César Anjo publica em 1950 um artigo sobre os expostos em Portugal pretendendo colmatar uma falha da historiografia portuguesa. Diz ele:

“Raras têm sido as investigações realizadas sobre a história da assistência médico-social infantil em Portugal. Há muitos aspectos desta assistência no passado, assim como longos

---

<sup>14</sup> Barcelos, Portucalense Editora, 1928-1937 (8 vols.).

<sup>15</sup> Surge também, de autoria de Magalhães Basto, uma *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1934.

<sup>16</sup> *Estudos sobre a história da assistência. Origens e formação das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, Henrique Torres Editor, 1944.

<sup>17</sup> *Esbôço da história da higiene em Portugal*, Lisboa, Tip. da Empresa do Anuário Comercial, 1937.

<sup>18</sup> *Problemas de higiene e puericultura*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.

<sup>19</sup> Em *Associação Portuguesa para o progresso das ciências. XXIII congresso luso-espanhol* (1 a 5 de Junho 1956), tomo VIII, Coimbra, 1957.

<sup>20</sup> *A vida dos nossos avós....*, Vila Franca do Campo, Tip. de “A Crença”. Em 1964 Luís de Pina no seu artigo “Da Roda dos expostos à ‘Carta dos Direitos da Criança’” adianta algumas informações úteis para os séculos XIX e XX (Em *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Porto, vol. XXVII, fasc. 3-4).

períodos da sua evolução, que nunca foram estudados. Por estas razões e ainda por não pretendermos fazer uma investigação exaustiva, limitámos o nosso trabalho, no seu alcance e extensão, às crianças expostas”<sup>21</sup>.

Trata-se de um artigo de uma vintena de páginas. Dedicava especial atenção aos expostos de Coimbra. Tem pontos de vista interessantes, pois analisa as doenças e causas da mortalidade das crianças e as deficientes condições de pagamento às amas. Porém, este pequeno trabalho contém erros que são ainda actualmente repetidos. Um deles, por exemplo, é a afirmação que o sistema legal das *Rodas* foi definitivamente abolido por decreto de 1867. De facto assim não aconteceu, pois esse diploma foi revogado no ano seguinte. A extinção das *Rodas* foi gradual e por iniciativa de cada distrito (ver sobre esta matéria, João Lourenço Roque<sup>22</sup> e Maria Antónia Lopes<sup>23</sup>). Tem origem no mesmo artigo de César Anjo outro erro que vemos repetidamente divulgado: teria sido firmado um contrato entre a Câmara e a Misericórdia de Coimbra pelo qual a primeira se desonerava da responsabilidade dos expostos obrigando-se em contrapartida ao pagamento das suas despesas. Não existiu qualquer acordo de financiamento entre a Câmara de Coimbra e a Misericórdia. Os expostos de Coimbra tinham rendimentos próprios cuja administração, naturalmente, transitou da edilidade para a *Santa Casa* em inícios do séc. XVIII quando esta se encarregou dos enjeitados<sup>24</sup>.

Na década de 60 é publicado o *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão<sup>25</sup>. Recolhe a colaboração de mais de uma centena de historiadores muitos deles não integrados no seio universitário (como acontecia, na época, com o próprio director) e por isso, provavelmente, mais libertos dos constrangimentos do regime. Vários especialistas portugueses residentes no estrangeiro colaboram também. Surgem assuntos inovadores. Procura-se acompanhar os temas e métodos propostos pela escola dos *Annales*. O século XIX aparece em força. Encontramos as entradas *assistência, associação, expostos, greves, indústria, mendicidade, misericórdias, socialismo, trabalho*, etc. Mas a falta de estudos monográficos especializados sobre a matéria faz-se sentir e as informações veiculadas pelo *Dicionário*, importantes sem dúvida, são por vezes muito lacunares. Eram ainda então (e quantas vezes ainda hoje) de recurso obrigatório os estudos de Goodolphim, Victor Ribeiro, Fernando Correia e Ângelo Ribeiro.

---

<sup>21</sup> “Assistência às crianças expostas em Portugal”, *Amatus Lusitanus. Revista de Medicina e Cirurgia*, Lisboa, 1950, vol. VII, nº 10, p. 423.

<sup>22</sup> *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1982, vol. I, t. II, pp. 717 e 723 (policopiado).

<sup>23</sup> “Os pobres e a assistência pública” em *História de Portugal* dir. de José Mattoso, vol. V, *O Liberalismo*, coordenado por Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

<sup>24</sup> Esta informação resulta da pesquisa de Maria Antónia Lopes que desde há vários anos investiga o tema “Pobreza e assistência em Coimbra de meados do séc. XVIII a meados do séc. XIX”.

<sup>25</sup> Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1971 (4 vols.).

Tudo isto pretende explicar o atraso e as dificuldades que encontramos, por motivos diversos, no estudo desta problemática. Acresce que a história dos séculos XIX e XX foi descurada entre nós durante muito tempo. A historiografia do tempo do *Estado Novo* privilegiou o estudo da Idade Média, séculos heróicos de afirmação e alargamento de uma nação, e a época gloriosa dos descobrimentos. Os alunos universitários se não ficavam pelo século XVI aprendiam, quando muito, a história portuguesa até ao século XVII com o seu ano mítico de 1640 quando a nação se liberta do jugo espanhol e dos odiados Filipes. O século XVIII era já considerado perigoso e a história dos séculos XIX e XX praticamente não se ensinava nas Universidades<sup>26</sup>.

As inovações surgem sobretudo do exílio. António Sérgio e Jaime Cortesão são dois exemplos maiores, mas também outros mais novos merecem realce. Vitorino Magalhães Godinho, na França, cultiva desde 1955 uma concepção historiográfica na senda de Lucien Febvre e Fernand Braudel. Estuda preços, níveis de consumo, níveis de vida. Oliveira Marques, nos Estados Unidos, publica em 1972-1973 uma *História de Portugal* - uma síntese que pretende colmatar um vazio. Para os séculos XIX-XX trata o tema assistência de forma dispersa, mas traz informações importantes sobre políticas sociais para o século XX. Chama constantemente a atenção para as lacunas da investigação, para os problemas a solucionar, fornece pistas de acção.

António de Oliveira, docente da Universidade de Coimbra, apresenta uma tese de doutoramento verdadeiramente inovadora para o nosso país<sup>27</sup>. A ele se deve, também, a introdução na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra das investigações em demografia histórica, dirigindo várias teses de licenciatura nessa área específica. Joel Serrão escreve um trabalho importante sobre emigração em 1972 e um outro sobre demografia no ano seguinte<sup>28</sup>. Outros nomes, anteriores e posteriores, se devem mencionar, como Virgínia Rau, Armando de Castro, Borges de Macedo, Victor de Sá, Silva Dias, António José Saraiva, Barradas de Carvalho, Luís de Albuquerque, Piteira Santos e, de outra geração, Miriam Halpern Pereira, Villaverde Cabral, José Tengarrinha, César de Oliveira, Jaime Reis, Aurélio de Oliveira, Joaquim Romero de Magalhães, Luís Reis Torgal... Enfim, um conjunto de historiadores activos que não se deixaram ficar nas águas mornas da historiografia portuguesa anterior ao 25 de Abril de 1974.

E assim vão surgindo, a par de muitos outros temas, estudos sobre preços, abastecimento,

---

<sup>26</sup> Ver Luís Reis Torgal, *História e ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989, Miriam Halpern Pereira, “Breve reflexão acerca da historiografia portuguesa no século XX” e “A historiografia contemporânea sobre o século XIX”, *Ler História*, Lisboa, 21, 1991 e a recente *História da história em Portugal. Sécs. XIX-XX* de Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

<sup>27</sup> *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1971-1972.

<sup>28</sup> *A emigração portuguesa. Sondagem histórica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1972 e *Fontes de demografia portuguesa 1800-1862*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

níveis de consumo, política económica, população (com os seus níveis e ritmos de natalidade, ilegitimidade, nupcialidade, mortalidade, migrações...), condições de vida, cultura e organização do operariado, correntes ideológicas, etc., etc.

“Pode (...) dizer-se que nas vésperas do 25 de Abril de 1974 se diluía a perspectiva nacionalista da história, aproximando-se cada vez mais de uma visão 'social' e 'cosmopolita'. Enquanto isso, na Universidade, verificou-se igualmente uma abertura a novos temas e a novas concepções historiográficas, que foram penetrando - hesitantemente, é certo, e através de esforços pessoais isolados - nos anos 60 e 70, à medida que se verificavam os grandes movimentos de revolta estudantil de sentido internacionalista”<sup>29</sup>.

## 2. História da pobreza nos últimos 20 anos

Com o início do regime democrático verifica-se um significativo aumento do número de estudantes universitários. Os quadros de docentes/investigadores alargam-se. Surge uma nova geração de historiadores com forte incidência do sexo feminino. A história tornou-se “moda” nos anos imediatos ao 25 de Abril. O interesse da comunicação social e do público era notório e continua a manifestar-se, facto que explica as numerosas publicações de livros e revistas históricas de então para cá.

A abertura às modernas tendências historiográficas acentua-se. E a história alarga-se ao estudo das massas anónimas num movimento de descida na pirâmide social: comerciantes, artesãos, classes populares em geral, operários...

“Após 74 (...) verifica-se um surto de influência marxista, que acompanha os objectivos socialistas afirmados com veemência na primeira fase da revolução (...). Depois de 78, num quadro de um processo de recessão política da revolução e de estabilização institucional, atenua-se a pressão marxista e verifica-se uma influência mais vigorosa e directa das várias correntes da 'História Nova', que a pouco e pouco tem transformado um panorama historiográfico e uma orientação metodológica de ensino da história marcados por concepções economicistas, num quadro mais polifacetado, onde se verifica o avanço da história das mentalidades e o reavanço, embora pensado em perspectivas que se desejam diferentes, da história política”<sup>30</sup>.

### 2.1. Fragilidades

Sejamos objectivos: ainda não existe em Portugal uma história da pobreza claramente constituída. Há aspectos já tratados. Há estudos parcelares sobre expostos, órfãos, classes populares, acção legislativa de âmbito social tanto para o século XIX como para a 1ª República (1910-1926) ou para o Estado Novo (em sentido lato, de 1926 a 1974). Mas tão só. Senão vejamos: a *Bibliografia anual de história de Portugal* <sup>31</sup> no seu 1º volume, referente a

---

<sup>29</sup> Luís Reis Torgal, *História e ideologia*, cit., p. 141.

<sup>30</sup> *Idem, loc. cit.* .

<sup>31</sup> Coimbra, Faculdade de Letras, 1992, 1993 e 1995.

publicações de 1989, não inclui no seu índice ideográfico os termos “assistência”, “beneficência” ou “pobreza”. O volume de 1990 remete “assistência” para “instituições de assistência” onde aparecem alguns poucos títulos. *Pobreza e beneficência* continuam omissas. A entrada “mendicidade”, que no ano anterior apontava para um único e pequeníssimo artigo de 3 páginas, desaparece. Para 1991 (último volume publicado até ao momento) o panorama editorial mantém-se em termos semelhantes: algumas obras referentes a instituições de assistência e um artigo sobre mendicidade em 1921 numa vila minhota. *Política social, acção social ou questão social* não são temas remissivos em nenhum dos volumes<sup>32</sup>.

Sintomático também o seguinte: Mollat, Gutton, Lis e Soly, Woolf... (para apenas citar os mais divulgados) nunca foram publicados em Portugal. Geremek vê a sua obra principal traduzida entre nós só em 1995<sup>33</sup>. É evidente que todos estes autores são conhecidos dos investigadores portugueses cujas obras são indicadas aos alunos universitários em versões estrangeiras, mas este facto, só por si, é revelador.

Quanto à beneficência propriamente dita, é sem dúvida a assistência às crianças expostas nos sécs. XVIII e XIX a vertente mais explorada na historiografia portuguesa. Este aprofundamento deve-se, por certo, não apenas às motivações geradas pela importância crescente da criança no nosso universo mental, como pelo facto de serem os expostos ponto de confluência incontornável da história demográfica, da história da família, da história das mulheres, da história das mentalidades, da história da educação e... da história da assistência e da pobreza. Pelo contrário, a história da assistência na doença, na velhice, na juventude, nas prisões, nos domicílios, da acção das Misericórdias e de tantas comissões ou congregações beneficentes, tudo isto está, em grande parte, por fazer.

A vertente da exclusão social, controlo e repressão foi ainda pouco estudada, mas é fundamental. Incluem-se aqui as questões da mendicidade, prostituição, criminalidade, sistema penal, vida nas prisões, reinserção social.

Não podemos falar, como dissemos, de estudos da pobreza em Portugal nos séculos XIX e XX, mas sim de trabalhos sobre certas categorias de gente pobre ou passível de o ser. Dentro destas categorias o que tem gerado maior interesse por parte dos historiadores são os operários com os seus temas de condições de vida, problemas laborais, movimentos associativos ou sindicais, surtos grevistas, etc. Todos sabemos que os operários constituíam uma minoria escassa da população portuguesa no séc. XIX, concentrando-se nos dois maiores

---

<sup>32</sup> De consulta obrigatória para o conhecimento da historiografia portuguesa produzida entre 1974 e 1994 é o *Repertório bibliográfico da historiografia portuguesa (1974-1994)* da responsabilidade de Maria Helena Cruz Coelho, Maria Manuela Tavares Ribeiro e Joaquim Ramos de Carvalho e editado pelo Instituto Camões e pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1995. Nesta obra o índice de assuntos é muito mais geral. Para a nossa temática teremos de procurar sobretudo em “História económica e social”: “Classes ou grupos sociais. Património e níveis de riqueza”: “Idade contemporânea”.

<sup>33</sup> *A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa*, Lisboa, Terramar, 1995.

centros populacionais, e foi só num século XX bem tardio que a população agrícola deixou de ser maioritária em Portugal. Assim, para a temática geral da pobreza serão mais interessantes os estudos sobre consumo popular, vida nos campos, emigração e, eventualmente, instrução.

Contudo, estes temas não serão marginais à área que se pretende aqui analisar, a história da pobreza? Já em 1974 Jean-Pierre Gutton fez notar que na época moderna é considerado pobre todo aquele que apenas dispõe do seu trabalho. Quer dizer: dadas as condições de precaridade e instabilidade socioeconómicas dos trabalhadores, todos eles são vistos como pobres porque todos eles são pauperizáveis<sup>34</sup>. Pauperizável e pobre não são sinónimos, embora a passagem de uma a outra situação seja frequente e rápida.

O historiador espanhol Pedro Carasa Soto divide o mundo da pobreza em três grandes blocos: pauperizáveis, pauperizados e assistidos. Nesta classificação “hay un gradiente cuantitativo, que ha de medirse en cada sociedad concreta y en cada coyuntura real”. E, sobretudo, “se consigue así separar convenientemente lo que es la estracción del pauperismo, lo que es su clasificación y lo que tan sólo significa su tratamiento”<sup>35</sup>.

Segundo esta gradação, que se nos afigura metodológica e conceptualmente correcta, podemos pois afirmar que os pauperizáveis, embora tenham sido tratados numa perspectiva exterior à história da pobreza, têm suscitado em Portugal maior interesse do que os pobres, e estes ainda menos que os assistidos.

Os assistidos, só eles, e os pobres propriamente ditos, não parecem, de facto, despertar muita curiosidade aos historiadores dos séculos XIX e XX. A história da política social do século XIX não está feita; para a 1ª República foi apenas a florada; em contrapartida, são já vários os estudos sobre a acção social no Estado Novo.

A sociologia portuguesa, essa sim, tem estado muito atenta à problemática da pobreza e da exclusão social actuais, mas aí não encontramos, geralmente, perspectivas históricas. Por sua vez, obras históricas de investigadores com formação sociológica - que também há, nomeadamente para estas duas centúrias que tratamos -, muito alicerçadas na bibliografia anglo-saxónica, revelam por vezes grande deficiência no conhecimento da historiografia francesa ou espanhola. Além disso, recorrem geralmente a obras publicadas, legislação, relatórios, discursos, isto é, textos elaborados, ignorando a massa de documentação manuscrita e mais “espontânea” que repousa nos arquivos.

Se para alguns historiadores o objectivo a perseguir actualmente seria a ultrapassagem da história da assistência tipo institucional e narrativa/descritiva, pensamos nós, e não estamos

---

<sup>34</sup> *La société et les pauvres en Europe (XV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles)*, Paris, PUF, 1974, p. 8.

<sup>35</sup> *Pauperismo y Revolucion burguesa (Burgos, 1750-1900)*, Valladolid, Universidad de Valladolid y Junta de Castilla Y León, 1987, pp. 72-73. Os sociólogos preferem falar de “pobreza absoluta” e “pobreza relativa” numa acepção que se aproxima de “pobre” e “pauperizável”. Parece-nos que a opção de Carasa Soto é muito mais feliz.

sozinhos, que essa história tem de ser feita e integrada numa perspectiva actual da história. Foi a opção, por exemplo, do espanhol Mariano Esteban de Vega ao estudar a acção social em Salamanca em finais do século XIX<sup>36</sup>.

Ficar pela história dos pobres assistidos é, todos o sabemos actualmente, tratar apenas uma ínfima parte da pobreza, aquele sector dos pobres que a sociedade considera merecedor (em termos morais ou não) de ajuda ou controlo. Mas, precisamente por isso, porque são o alvo da sociedade em questão ou dos seus dirigentes, constituem um objecto de estudo precioso não só em si mesmos como também enquanto clarificadores de mentalidades. Os assistidos são a materialização do pensamento e preocupações sociais. Os pobres são o fruto da realidade social. A história dos pobres e dos assistidos apresenta-se assim como área fundamental para o avanço da história social. E por isso se pode optar sem receios epistemológicos, sem medo de logro conceptual, pelo estudo dos pobres e dos pobres assistidos enquanto categorias históricas porque com eles toda uma realidade sociológica e mental se desvenda, dando corpo à história social.

Só que, para atingir tal desiderato, é necessário conhecer realmente o mundo da pobreza e perceber então quem dentro deste mundo era beneficiário da assistência e quem era ignorado. São de evitar os textos de grandes voos interpretativos que não se apoiem em sólida informação e que, infelizmente, a moda actual parece eleger.

A história da pobreza tem de alargar-se em círculos concêntricos (melhor ainda: em espiral) desde os assistidos aos pobres e destes aos pauperizáveis, mas sem abandonar o 1º círculo mais restrito para atingir o 2º e o 3º. A percepção social da pobreza ou, o que é o mesmo, a evolução da acção social, segue, aliás, este movimento. A assistência liberal oitocentista não incluía a previdência, já que esta devia ser fruto da iniciativa voluntária dos próprios interessados, e por isso os governos de então procuraram incentivar o associativismo. À assistência não competia, como afirmava um ministro português em 1867, “impedir a queda” mas sim “assistir depois da queda”<sup>37</sup>. Na realidade, apenas a queda de alguns. Depois, a acção social do Estado incluiu a previdência. Previdência social (também só para alguns pauperizáveis) foi no seu ideal o objectivo da política social do Estado Novo. Os posteriores conceitos de *segurança social* e de *estado-providência* englobam toda a população, atingem todos os níveis, o pleno social.

Durante alguns anos em Portugal existiu um forte antagonismo entre os chamados “historiadores do político e das ideias” e os que abraçavam declaradamente a “história económica e social”. Estes últimos tratavam com alguma sobrançeria os “historiadores dos

---

<sup>36</sup> *De la beneficencia a la prevision. La acción social en Salamanca. 1875-1898*, Salamanca, Diputación de Salamanca, 1991.

<sup>37</sup> Citado por Maria Antónia Lopes, “Os pobres e a assistência...”, cit., p. 503.

ismos” e aqueles depreciavam os “investigadores de contas de merceira”. Felizmente a questão parece ultrapassada. De facto, como abarcar o todo social sem integrar múltiplas vertentes, do material ao arquétipo, do elaborado ao “automático”, sem se cair, contudo, em história de futilidades como parece estar ameaçada parte da historiografia francesa?

A história da pobreza, a ser feita, tem de conhecer a fundo todas essas realidades. Como definir o pobre e delimitar a pobreza nesta e naquela conjuntura? Quais os seus quantitativos e tipos? Quais as realidades materiais do seu quotidiano? Qual o seu *habitat*, o seu vestuário, a sua alimentação, o seu mobiliário? Quais os seus orçamentos familiares e as diferentes despesas? Quais os tipos e dimensões das famílias pobres? Qual a sua repartição profissional? Quais as causas do pauperismo e das quedas e recaídas na pobreza? Quais os meios que a sociedade encontrou para amparar, controlar ou ignorar toda essa gente? Como eram vistos os pobres pelas elites pensantes e governamentais? E por sua vez, como é que os pobres se viam a si próprios e aos poderosos?... Enfim, um mundo de questões a que é preciso responder. Mas quase tudo está por fazer.

Certa historiografia portuguesa cai ainda demasiadas vezes no mimetismo acrítico provocado por deslumbramento face a historiografias, antropologias e sociologias estrangeiras. Copiam-se temas, adoptam-se conclusões. Queimam-se etapas, desprezam-se estudos morosos absolutamente necessários. Pretende-se atingir a síntese brilhante escrita por um só autor. Aplicam-se a Portugal belas e sugestivas teorias sem solidez documental que as apoie. Por vezes, parece que a história é mais o ensaio “inteligente” (muitas vezes gongórico), uma sucessão de conceitos vagamente filosóficos, vagamente antropológicos.

Só com trabalho árduo - moroso de longos anos - nos arquivos e bibliotecas, só dessa forma, eles, os do passado, se nos dão a conhecer e ainda assim não alcançaremos senão meras aproximações. É necessário procurá-los, mesmo quando se escondem ou são ocultados, escutá-los longamente, atentamente, questioná-los sem pressas, interpelá-los com rigor e com paciência e é necessário saber abandonar todas as teorias que à partida se revelavam tão sedutoras mas que eles - quantas vezes! - se encarregam de destruir.

Recentemente tem-se proposto o regresso ao político, ao factual, ao narrativo. Mas se se desconhecem em grande parte as estruturas demográficas, sociais, económicas, mentais! Que a história não pode ser desincorporada, desumanizada, como tantas vezes a história económica e social praticou, é hoje, pensamos, um dado adquirido. Mas como humanizar a história se apenas se questionam meia dúzia de personagens? Como pretender tornar alguns indivíduos paradigmáticos se se ignoram os condicionalismos reais (materiais e mentais) das multidões?

Porquê menosprezar a história das instituições? Porquê depreciar a história quantitativa que é um método seguro e eficaz (e é um método, nada mais)? Porquê considerar menor a história local, a monografia? Não se pode avançar para outros círculos sem estas bases

sólidas. Considera-se ultrapassado o estudo dos pobres assistidos por determinada instituição porque a história institucional é já anacrónica. Como podemos então conhecer os pobres, que suspeitamos numerosos nas cidades, e donde saem os assistidos? Imaginam-se? Recorre-se exclusivamente à descrição de romancistas, viajantes ou “pensadores sociais” da época? Não se faz uma história da pobreza sem monografias locais bem alicerçadas nas fontes (de arquivo mas também legislativas, doutrinárias ou literárias), numa eficaz metodologia e numa conceptualização devidamente reflectida.

## 2.2. *Contributos válidos*<sup>38</sup>

Em 1978, num artigo dedicado ao concelho de Arganil na 2ª metade do século XIX, Rui Cascão, tendo como fontes 443 inventários orfanológicos - fonte de imensas potencialidades e ainda pouco utilizadas -, salienta aspectos importantes e mal ou nada estudados na altura<sup>39</sup>. Estabelece, por exemplo, a ração alimentar diária de um adulto de modesta fortuna (300.000 a 600.000 réis) da seguinte forma: pão de milho, 731 gramas; batata, 114 gramas; feijão, 47 gramas; carne de porco, 14 gramas; vinho, 2 decilitros; azeite, 2,5 centilitros<sup>40</sup>.

Define, também, uma repartição socioprofissional da população, estruturas e composição de riqueza privada e conseqüente definição de grupos e níveis de fortuna, reconstituição de níveis de vida e, dado fundamental, considerando que “as fortunas inferiores a 100\$000 réis devem corresponder a uma situação de pobreza quase absoluta”<sup>41</sup> ou “muito próximas do limite do mínimo vital”<sup>42</sup>, Rui Cascão encontra nessa situação 21,89% da população analisada, valor que “materializa e confirma as informações de teor qualitativo acerca da miséria de uma parte substancial da população”<sup>43</sup>.

Outras conclusões importantes deste trabalho dizem respeito à habitação (“Cerca de 1/4 da população (...) estava instalada em habitações avaliadas em menos de 20\$000 réis, valor manifestamente irrisório”<sup>44</sup>), ao mobiliário (“O recheio das casas de habitação é usualmente constituído por um mobiliário muito reduzido: uma mesa e duas cadeiras”<sup>45</sup>) e às roupas de

---

<sup>38</sup> Neste subcapítulo iremos apenas realçar algumas obras, não se tratando, de modo nenhum, de uma relação exaustiva. O critério sequencial adoptado foi a ordem cronológica de edição, ocupando-nos primeiro dos estudos sobre o século XIX, depois sobre a 1ª República e por fim sobre o Estado Novo.

<sup>39</sup> “Aspectos sociais e económicos do concelho de Arganil na segunda metade do século XIX”, *Boletim do Arquivo da Universidade*, vol. IV, Coimbra, 1978.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 7.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 26.

casa (“A situação normal em relação às famílias pobres é a posse de 1 ou 2 lençóis e 2 cobertores”<sup>46</sup>).

Cândido dos Santos em 1979 publica um artigo sobre a população do Porto entre 1700 e 1820<sup>47</sup>. Um dos capítulos é dedicado aos expostos cujo estudo, assinala com razão o autor, não tinha até à data merecido a atenção dos historiadores. Publica um quadro do movimento geral das exposições mas preocupa-se sobretudo em responder à pergunta então considerada a questão de fundo: “o que estará na base das exposições: miséria ou ilegitimidade?”<sup>48</sup>. Confrontam-se linhas de preços e linhas de exposições, concluindo o autor, com base nos dados, que “o factor conjuntural terá de se ter em conta na explicação do fenómeno”<sup>49</sup>.

No âmbito dos dois séculos XIX e XX deve ser destacado o denso artigo de Fernando Jasmins Pereira, de 1980, “Assistência na Idade Contemporânea”<sup>50</sup>. O autor abarca toda a época contemporânea e todo o país, mas apenas os institutos da Igreja Católica e aqueles que vivem sob a sua inspiração (inclui sempre as Misericórdias). Trata-se de uma listagem descritiva, pormenorizada e que pretende ser exaustiva dessas instituições de assistência portuguesas. Refere-se à evolução das políticas sociais e aos seus objectivos. Fornece materiais de trabalho e bibliografia detalhados. Para o século passado recorreu à bibliografia da época e para o século XX compulsou documentação e publicações das instituições em apreço e relatórios da Igreja Católica. É claro que há muitos aspectos que terão de ser corrigidos com trabalhos de pormenor, mas é um bom ponto de partida.

Para o século XIX várias teses de doutoramento, embora não dedicadas exclusivamente ao fenómeno da pobreza, contribuíram para o aprofundamento da temática. A dissertação de João Lourenço Roque, pelo seu objecto, interessa-nos directamente: *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870)*<sup>51</sup>, defendida em 1982. Escreve o autor: “Em tema central do nosso estudo erigimos as camadas populares, cuja ambiência material e social e cujas condições de vida intentámos visualizar”<sup>52</sup>.

Referenciam-se nesta obra os quantitativos e distribuição profissional do “mundo dos dominados”, os seus movimentos migratórios, consumo alimentar, vestuário,

---

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>47</sup> “A população do Porto de 1700 a 1820. Contribuição para o estudo da demografia urbana”, *Revista de História*, I, Porto, 1978.

<sup>48</sup> *Idem*, p. 302.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 304.

<sup>50</sup> Em *Dicionário de História da Igreja em Portugal* dir. por António Alberto Banha de Andrade, vol. 1, Lisboa, Editorial Resistência, 1980. Jasmins Pereira é também autor, em colaboração, dos artigos “Assistência na Idade Média” e “Assistência na Idade Moderna”.

<sup>51</sup> *Op. cit.*, 2 tomos.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 993.

comportamentos demográficos, condições de alojamento e de trabalho, crises de carestia, estado sanitário da população, isto é, as condições materiais de sobrevivência, com recurso a fontes de arquivo, relatórios oficiais e publicações de diversa índole. Uma profusão de quadros e gráficos apoia as conclusões. A alimentação popular era constituída à base de pão de milho a que se acrescentavam legumes, batatas e alguma fruta, sendo os alimentos de origem animal parcamente consumidos (excepção feita à sardinha e ao bacalhau). Os alojamentos, tanto na cidade de Coimbra, nomeadamente no bairro baixo, mas também nos campos, eram deficientes. O vestuário permanecia um bem largamente cobiçado. A saúde da maioria da população continuava a cargo de barbeiros e curandeiros, apesar da presença do importante pólo dos Hospitais da Universidade. Mas o alargamento do mercado de trabalho, os avanços (tímidos) do associativismo operário (praticamente no âmbito do artesanato e da pequena indústria) e a promoção da instrução primária apontavam para lentas melhorias das condições de vida.

Por fim, o autor debruça-se sobre categorias populacionais concretas e que são por excelência objecto da história da pobreza: os expostos, os órfãos, as crianças “desvalidas”, os velhos indigentes. Os primeiros continuam a ser o alvo privilegiado da assistência, mas com resultados francamente negativos - a uma média anual de 582 exposições correspondem 343 óbitos/ano. Os órfãos pobres e outras crianças desamparadas dispõem apenas de duas instituições em Coimbra, cuja eficácia “ficaria aquém das necessidades, sob o ponto de vista quantitativo e qualitativo”<sup>53</sup>. Para os idosos pobres a região de Coimbra estava dotada somente de um asilo, fundado em 1855. Finalmente, os “meandros da marginalidade”: vadios, prostitutas e delinquentes fecham este estudo sobre as classes populares de Coimbra e região em meados do século passado.

Rui Cascão, uma outra vez, na sua tese de doutoramento sobre a Figueira da Foz e Buarcos de 1861 a 1910<sup>54</sup>, estabelece níveis de fortuna e níveis de vida, além de muitos outros aspectos que interessam à história da pobreza como, por exemplo, os comportamentos demográficos segundo os grupos socioprofissionais. Remetemos para a obra.

Está pouco aprofundada a investigação dos comportamentos demográficos e estruturas familiares, mas devem-se já muitos trabalhos a Maria Norberta Amorim<sup>55</sup> e um bom estudo para a região centro a Guilhermina Mota<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 999.

<sup>54</sup> *Permanência e mudança em duas comunidades do litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*, 2 vols., Coimbra, 1989 (policopiado; em vias de publicação: Coimbra/Figueira da Foz, Centro de Estudos do Mar, Câmara Municipal da Figueira da Foz, Livraria Minerva).

<sup>55</sup> Consulte-se a extensa produção desta autora no *Repertório Bibliográfico...*, cit. . Vejam-se também J. M. Nazareth, Fernando de Sousa, Maria Luís Pinto, Teresa Rodrigues, Robert Rowland.

<sup>56</sup> “Estruturas familiares no mundo rural: grupos domésticos no bispado de Coimbra em 1801”, *Revista Portuguesa de História*, 24, Coimbra, 1988.

Os expostos, como já foi referido, são actualmente uma das vertentes mais estudadas da pobreza oitocentista. Destacam-se as obras já citadas de Cândido dos Santos e João Roque e acrescentam-se os estudos monográficos de Maria Antónia Lopes<sup>57</sup>, Rui Cascão<sup>58</sup>, Caroline Bretell e Rui Feijó<sup>59</sup>, Maria Helena Alvim<sup>60</sup>, Isabel dos Guimarães Sá e Nuno Cortes<sup>61</sup>, Sebastião de Matos<sup>62</sup> e as comunicações ao 3º congresso da *Associação Ibérica de Demografia Histórica* realizado em 1993<sup>63</sup>. De realçar também várias dissertações de mestrado que permanecem policopiadas e que revelam que o interesse pela assistência infantil alastra já às primeiras décadas do século XX<sup>64</sup>. Sobre o enquadramento jurídico e institucional dos expostos em Portugal durante o século XIX remete-se para Maria Antónia Lopes, “Os pobres e a assistência pública”<sup>65</sup>.

O discurso médico e a política de saúde ou as questões da assistência a eles ligados como no século XIX se considerava (extirpar a mendicidade, por exemplo, era uma medida higiénica) foram brevemente tratados por Benedita Cardoso Câmara<sup>66</sup>. A política de saúde tem despertado pouco interesse entre os historiadores. Deve-se a um médico, F. A. Gonçalves Ferreira, uma *História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal* <sup>67</sup>. Não sendo obra de

---

<sup>57</sup> “Os expostos no concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1866)”, *Revista Portuguesa de História*, 21, Coimbra, 1984.

<sup>58</sup> “Demografia e sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do séc. XIX”, *Revista de História Económica e Social*, 15, Lisboa, 1985.

<sup>59</sup> “A Roda de Viana do Castelo no século XIX: apoio social e estratégias familiares”, *Cadernos Vianenses*, 12, Viana do Castelo, 1989.

<sup>60</sup> “Aspectos da assistência às crianças expostas e desvalidas do concelho de Valongo, no séc. XIX”, *Revista de Ciências Históricas*, vol. II, Porto, 1987.

<sup>61</sup> “Assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados”, *Cadernos do Noroeste*, 5, Braga, 1992.

<sup>62</sup> “Os expostos da Roda em Esposende”, *Boletim Cultural de Esposende*, Esposende, 4, 1983 e *Os expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*, Barcelos, Associação Cultural e Recreativa de Areias de Vilar, 1995.

<sup>63</sup> Isabel dos Guimarães Sá, “Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal. Estudos recentes e perspectivas” em Vicente Pérez Moreda (coord.), *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica. Actas do III Congresso da ADEH*, vol. 3, Porto, Afrontamento, 1996; Henrique Fernandes Rodrigues, “Emigração de expostos, órfãos e filhos ilegítimos no século XIX com destino ao Brasil”, *idem*; Nuno Osório da Nóbrega Cortes, “O sistema liberal da Roda dos Expostos. O exemplo da administração algarvia (1820-1884)”, *ibidem*; Jorge M. Rodrigues Ferreira e Olegário A. Vieira Ferreira, “O abandono de crianças na Roda da Câmara Municipal de Faro entre 1839 e 1848”, *ibidem*; Teodoro Afonso da Fonte, “Conjuntura económica e comportamento demográfico. O preço dos cereais e o abandono de crianças em Ponte de Lima (1675-1874)”, *ibidem*.

<sup>64</sup> Eis, por ordem cronológica, as que se reportam aos séculos XIX e XX: Maria Manuela Lima Santos, *A assistência infantil na transição para o século XX e nos primeiros anos da República*, Lisboa, 1989; Nuno Osório Cortes, *O abandono de crianças no Algarve. O caso dos expostos de Loulé (1820-1884)*, Porto, 1991; Maria José C. P. Reis, *Crianças abandonadas e expostas no concelho de Alenquer (1866-1891)*, Lisboa, 1993; Maria de Fátima Silva Caldeira, *De meninos se fazem homens. Assistência infantil e juvenil na cidade de Lisboa durante a Primeira República*, Lisboa, 1993; Ana Isabel Marques Guedes, *A assistência e a educação dos órfãos durante o antigo regime (o colégio dos órfãos do Porto)*, Porto, 1993 (reporta-se aos sécs. XVIII e XIX).

<sup>65</sup> Em José Mattoso, *História de Portugal*, vol. V.

<sup>66</sup> *Do agrarismo ao liberalismo. Francisco Soares Franco. Um pensamento crítico*, Lisboa, INIC/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1989.

<sup>67</sup> Lisboa, Gulbenkian, 1990.

um historiador, é válida do ponto de vista da informação concreta para o século XX mais recente<sup>68</sup>. No mesmo ano foi publicada uma *História do corpo* de autoria de Jorge Crespo<sup>69</sup>. Este estudo debruça-se sobre os finais do séc. XVIII e inícios do XIX e socorre-se de documentação excelente e inédita. Todavia, os temas tratados (políticas de saúde, quadro nosológico, repressão da violência, “o controlo da astúcia”, “a educação do corpo”...), a explanação do texto, a arrumação dos assuntos e as interpretações por vezes demasiado forçadas resultam numa obra algo dispersa. Perfilhando uma concepção de história radicalmente oposta é o volume *A saúde pública no vintismo* de Luísa Tiago de Oliveira<sup>70</sup> que integra a série dirigida por Miriam Halpern Pereira, *A crise do antigo regime e as cortes constituintes de 1821-1822*<sup>71</sup>. Neste livro apresenta-se um estudo introdutório de duas dezenas de páginas mas, em contrapartida, publicam-se documentos inéditos e esclarecedores da problemática na época, colhidos no *Arquivo Histórico Parlamentar*. Uma vertente muito particular de doença e exclusão social, a loucura, tem sido explorada por Ana Leonor Pereira<sup>72</sup>.

Os estudos da emigração e, fenómeno mais recente, da explosão urbana, tão imbricados na questão da pobreza, constituem dois aspectos importantíssimos da evolução da população portuguesa a ser aprofundados a nível sociológico numa análise detalhada das populações envolvidas. O tema das migrações externas tem congregado a atenção de geógrafos, sociólogos e historiadores. De entre estes últimos destacam-se Joel Serrão, Vitorino Magalhães Godinho, Oliveira Marques, Miriam Halpern Pereira, Maria Norberta Amorim (a mais conhecida especialista e grande dinamizadora da demografia histórica em Portugal), Sacuntala de Miranda, Maria Ioannis Baganha, etc. Um colóquio internacional<sup>73</sup> tratou recentemente a problemática. Aí surgiram, a par de especialistas consagrados, comunicações de jovens historiadores que se dedicam à temática. As migrações internas, desde há muito merecedoras de atenção, foram estudadas por António de Oliveira em 1995<sup>74</sup>.

---

<sup>68</sup> Destacamos apenas esta época recente porque o que escreve sobre os séculos anteriores não é original.

<sup>69</sup> Lisboa, Difel, 1990.

<sup>70</sup> Lisboa, Sá da Costa, 1992.

<sup>71</sup> Este série, que engloba estudos e publicação de fontes, está concluída em 5 volumes dedicados aos seguintes temas: *O problema político português no tempo das primeiras cortes liberais* de Benedicta Maria Duque Vieira, *Negociantes, fabricantes e artesãos entre velhas e novas instituições* de Miriam Halpern Pereira, *Os portugueses e as finanças no dealbar do liberalismo* de Magda Pinheiro, *A saúde pública...* já citado, e *A justiça civil na transição para o estado liberal* de Benedicta Maria Duque Vieira.

<sup>72</sup> *Hospitais de alienados em Portugal: origens do internamento*, Coimbra, 1984 (policopiado) e “A institucionalização da loucura em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 21, 1986. Na mesma *Revista...* Octávio Gonçalves Lopes tratou o “Planeamento em saúde. Para a história da evolução das estruturas de saúde em Portugal” (nº 23, 1987).

<sup>73</sup> *Emigração/Imigração em Portugal. Actas...*, org. de Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Ioannis Baganha, Maria José Maranhão e Miriam Halpern Pereira, Algés, 1993. Consultem-se também para esta temática as publicações do Centro de Estudos da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, série “Migrações”.

<sup>74</sup> “Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900”, *Arquipélago. Revista da Universidade dos*

Os movimentos de contestação agrária ao regime senhorial no século XVIII e inícios do século XIX são esclarecedores das condições de vida do campesinato português. Elucidativa também da precariedade da existência campesina é a hostilidade popular à desamortização dos baldios determinada por lei de 1869. Toda esta movimentação popular tem sido investigada com grande rigor por Maria Margarida Sobral Neto e por José Tengarrinha no seguimento dos trabalhos anteriores e fundamentais de Albert Silbert.

Sobre criminalidade e violência rural possuímos já diversos estudos<sup>75</sup>. Irene Maria Vaquinhas trabalhou sobre violência nos campos utilizando, entre outras fontes, documentação judicial. Deve realçar-se a sua dissertação de doutoramento *Violência, justiça e sociedade rural: os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*<sup>76</sup>.

O pensamento social das elites pensantes é um tema que já mereceu algum tratamento historiográfico. Maria Manuela Tavares Ribeiro debruçou-se sobre a temática em *Portugal e a Revolução de 1848*<sup>77</sup>. A autora procurou sobretudo “os discursos sobre o trabalho” entre os “teóricos socialistas”, entre os “legitimistas e católicos” e no seio dos próprios operários, concluindo:

“A reconciliação do cristianismo e do movimento revolucionário é uma questão fulcral na ideologia de 48. O cristianismo dos socialistas é, fundamentalmente, um credo social a que está subjacente uma filosofia do porvir. Esse sincretismo de esperança republicana e busca da felicidade humana é a tónica do discurso do democrata e do 'republicano' que vêem, nas reivindicações políticas, o meio para alcançar os melhoramentos sociais. A aprendizagem da prática igualitária e fraterna, podemos concluir, faz-se pela educação e instrução, aspecto que mereceu o maior interesse aos nossos 'socialistas' e 'republicanos'. Mas o alargamento do sufrágio, o aperfeiçoamento do sistema municipal, a consolidação do direito e soberania do trabalho, o desenvolvimento do sistema associativista são outros pilares fundamentais da emancipação das classes laboriosas”<sup>78</sup>.

Quanto ao operariado, este,

“assimilou, ainda que de forma ténue, esses ideais de emancipação, mas, incipientemente politizado, só nas décadas seguintes concretizaria as suas aspirações mais justas. À linguagem

---

Açores. *Série História*, 1, Ponta Delgada, 1995.

<sup>75</sup> João Lourenço Roque, “Alguns aspectos da criminalidade no distrito de Coimbra nos anos de 1841 a 1844”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 3, Coimbra, 1977; João Lourenço Roque, “Subsídios para o estudo da 'revolta' em Portugal no século XIX: alguns exemplos de motins e outras acções de grupo na região de Coimbra (1840-1860)”, *Revista da História das Ideias*, 7, Coimbra, 1985; João Lourenço Roque, “Subsídios para o estudo da criminalidade na região de Coimbra no século XIX: alguns exemplos de 'crimes contra a religião' e outros delitos no período de 1850-1870”, *Revista de História das Ideias*, 9, Coimbra, 1987; José Pacheco Pereira, “As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve” em *O século XIX em Portugal*, Lisboa, Presença/Gab. de Investigações Sociais, 1979; José António Barreiros, “As instituições criminais em Portugal no século XIX: subsídios para a sua história”, *idem*; Joaquim Palminha Silva, “Guerrilheiros, bandoleiros e rebeldes”, *História*, 124-130, Lisboa, 1990; Maria José Moutinho Santos, “Criminalidade e comportamentos marginais em meados do séc. XIX: apontamentos para um estudo”, *Revista de História*, 11, Porto, 1991; Maria José Moutinho Santos, “Os jovens delinquentes nas prisões do Porto oitocentista”, *Revista de Ciências Históricas*, 11, Porto, 1996.

<sup>76</sup> Porto, Afrontamento, 1995.

<sup>77</sup> Coimbra, Minerva, 1990.

<sup>78</sup> *Idem*, p. 336.

operária de meados do século XIX é inerente o ideário romântico, matizado dos anseios de reformismo social e material. Subjacente à ideologia operária mantém-se o espírito interclassista. Os operários unem-se em associações fraternais e humanitárias, mutualistas, que na prática fariam desaparecer as desigualdades sociais e materiais. A associação é a 'tábua de salvação' do operário mas, acima de tudo, ela representa o meio profícuo ao fortalecimento do amor universal. A relação fraterna ultrapassa a própria dimensão cristã já que se pretende a sua consolidação no plano terrestre. O socorro mútuo praticado nas sociedades mutualistas e o trabalho que enobrece o operário adquirem um carácter sublime e religioso”<sup>79</sup>.

João de Almeida Policarpo, falecido em 1990, foi um dos primeiros historiadores do nosso tempo a estudar o pensamento social católico de finais de oitocentos e inícios de novecentos, mais precisamente *O pensamento social do grupo católico “A Palavra” (1872-1913)*<sup>80</sup>. Policarpo diz-nos que esse pensamento se fundamentava em concepções muito tradicionalistas. Senão veja-se:

“Os males sociais (...) não são só exclusivamente nem principalmente males terrenos. Eles têm uma dimensão sobrenatural que os justifica na ordem das finalidades; e constituem parte integrante da obra de Deus e da economia geral da salvação.

De modo que a questão social ou questão operária acaba por ser uma questão moral e, em última análise, uma questão essencialmente religiosa. O combate à miséria, nesta ordem de ideias, tem que ser entendido em termos hábeis. Há uma pobreza que, em si mesma, é aceitável; e que não pode entender-se 'a priori' como estando excluída dos planos de Deus. É a 'pobreza simplesmente dita'; isto é, a pobreza que exprime a desigualdade social, condição *sine qua non* da possibilidade da própria ordem social. (...) Ora esta pobreza, ao contrário da 'miséria sem compensação, sem consolação', deve ser acatada porque vem de Deus. E desde logo, pelo operário que se encontra nesta posição porque é 'a posição em que Deus o colocou'.

Coisas que se harmonizam, claro está, com a concepção dos deveres de estado. Ou estes deveres não supusessem a resignação e a aceitação do lugar que se ocupa na sociedade; e o lenitivo para a resignação não fosse a religião. Mas coisas, igualmente, que se harmonizam com a noção de que a questão operária é, na essência, uma questão religiosa”<sup>81</sup>.

Recentemente Vítor Neto dedicou à temática do catolicismo social um pequeno capítulo da sua tese de doutoramento<sup>82</sup>.

A investigação sobre as políticas educativas não tem sido descurada em Portugal. É, talvez, um dos temas mais considerados actualmente. Sobre esta problemática (e para os dois séculos em apreço) devem ser consultados Rómulo de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes, Rogério Fernandes, Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, António Nóvoa, Maria Filomena Mónica, Áurea Adão, Justino Magalhães, António Candeias, Alberto Filipe Araújo,

---

<sup>79</sup> *Ibidem*, pp. 336-337. Ver da mesma autora: *O cristianismo social de 1848*, Coimbra, 1987, separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 9; *Pensamento social e direitos humanos*, Porto, 1990, separata da *Revista de História*, vol. X; “Pensée démocratique et discours ouvrier au Portugal (1840-1860)” em Michel Vovelle (dir.), *L’image de la révolution française*, vol. III, Pergamon Press, 1989.

<sup>80</sup> A 1ª edição, apenas do vol. I, é de 1977 e a 2ª, num tomo de 2 vols., de Lisboa, INIC, 1992.

<sup>81</sup> *Op. cit.*, 2ª ed., pp. 196-197.

<sup>82</sup> *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal. 1832-1911*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1996 (policopiado; em vias de publicação pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda).

João Formosinho, Helena Araújo, João Barroso, etc.

Miriam Halpern Pereira, num trabalho apresentado em 1973, estudou níveis de consumo dos trabalhadores a partir de inquéritos realizados em 1906, 1916, 1918 e 1920<sup>83</sup>. Para o primeiro ano conclui que a alimentação dos trabalhadores rurais e urbanos “era pouco variada e situava-se no limite do indispensável”. Nos três inquéritos seguintes apercebe-se de uma alimentação mais variada mas deteriorada ao nível quantitativo. As despesas alimentares levavam mais de metade do orçamento familiar, com a habitação gastavam 5 a 7% dos seus rendimentos, com o vestuário 10 a 12% e com a iluminação e combustível 6 a 9%. Transportes, educação e caixas de socorros mútuos absorviam 5 a 6%.

Manuel Villaverde Cabral tratou também os “salários, 'nível de vida' e horário de trabalho”<sup>84</sup>. A sua fonte de informação é uma “Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado” realizada em 1909. Constata enormes disparidades de salários e variações no volume do emprego, “o pagamento em géneros tinha praticamente desaparecido”<sup>85</sup> e o trabalho de empreitada ou à tarefa tendia a difundir-se com evidentes vantagens para o patrão que obtinha maior produtividade. Eis a repartição de despesas de duas famílias cujo pai é pedreiro. Uma delas, de Arco de Valdevez, constituída por pai pedreiro, mãe sem profissão remunerada, dois filhos também pedreiros, um filho aprendiz de sapateiro e uma filha costureira, tem de rendimento anual 200.000 réis que a família despense assim: 75% em alimentação, 20% em vestuário, calçado, medicamentos e “diversos” e 5% na renda de casa. Em Lisboa a família analisada é composta pelo casal, duas filhas e um filho. A mãe e as filhas são costureiras-lavadeiras e o filho, ainda criança, frequenta uma escola operária. Com um rendimento anual 250 a 270.000 réis, dele gastam 65% na alimentação, 25% no vestuário, calçado, remédios e “vários”, 7% com o arrendamento da casa e 3% em impostos e cotizações. Embora a família de Lisboa não dispusesse de três salários de homens como a nortenha, tinha um rendimento superior em 30%. A alimentação em Lisboa era muito mais cara, e por isso a despesa bruta com alimentos era superior na segunda família, contudo esta canalizava para a comida menor percentagem do seu rendimento familiar. Mas em Lisboa 60% da receita operária gasta com alimentos significava “uma dieta, não uma alimentação”<sup>86</sup>. E fora de Lisboa a situação era frequentemente ainda mais grave. “Não será preciso acrescentar que nos encontramos diante de uma situação que frisa os limites da

---

<sup>83</sup> “Níveis de consumo e níveis de vida em Portugal (1874-1922)” em *Política e economia (Portugal nos séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979. César de Oliveira dedicou algumas páginas às condições de vida do operariado durante a 1ª República (*O operariado e a República Democrática (1910-1914)*, Lisboa, 1971).

<sup>84</sup> *O operariado nas vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Presença/Gab. de Investigações Sociais, 1977. Maria Filomena Mónica em *Artesãos e operários...* (Lisboa, ICS-UL, 1986) refere-se também a níveis de vida dos operários em finais de oitocentos e inícios de novecentos.

<sup>85</sup> *O operariado...*, p. 109.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 119.

sobrevivência fisiológica, aquilo a que os Ingleses chamam expressivamente *the bread-line*<sup>87</sup>. Acrescem as condições da habitação - degradadas, promíscuas e caras -, da duração da jornada de trabalho - de 10 a 14 horas - e a dimensão familiar - em média 4 a 5 pessoas sendo o último número mais frequente.

Sobre os rendimentos e distribuição das despesas da população rural durante a 1ª República, assim como sobre as iniciativas legislativas no domínio da assistência no mesmo período, deve consultar-se a *História da 1ª República Portuguesa. As estruturas de base* dirigida por Oliveira Marques<sup>88</sup>. A obra é importante e pioneira. Recentes obras gerais, embora incluam pequenos capítulos sobre estas temáticas, pouco adiantam ao que já estava estabelecido<sup>89</sup>. A questão da assistência e previdência foi analisada por Fernando M. Maia<sup>90</sup> de quem falaremos adiante. Para o estudo da assistência infantil e juvenil em Lisboa durante a 1ª República remete-se para Maria de Fátima Caldeira<sup>91</sup>. O movimento associativo em Setúbal entre 1880 e 1930 (incluindo associações de classe e agremiações de beneficência) e a “cultura operária” foram apresentados por Maria da Conceição Quintas em 1995<sup>92</sup>. Este trabalho fornece muita informação concreta de teor descritivo, mas raramente ultrapassa esse nível.

Alguns estudos têm vindo a revelar aspectos pouco conhecidos ou mesmo ignorados da política social de Salazar. Manuel Braga da Cruz salienta a inspiração do catolicismo social na política salazarista e Fátima Patriarca vem demonstrar que a ditadura<sup>93</sup> não foi, pelos menos nos seus primeiros tempos, um aliada incondicional do patronato e uma opressora dos trabalhadores da indústria, muito pelo contrário. Na realidade, já em 1987 um estudo sobre um aspecto concreto da política social de Salazar, o *serviço social*, tinha alertado para o facto de se terem implantado sob o regime autoritário institutos de acção social com objectivos de justiça social<sup>94</sup>.

---

87 *Ibidem*, lug. cit.

88 Lisboa, Iniciativas Editoriais, s.d. mas com prefácio de 1978.

89 Não nos referimos à história dos movimentos operários na sua vertente político-sindical que tem conceituados especialistas: Vítor de Sá, César de Oliveira, Carlos da Fonseca, Maria Filomena Mónica, José Tengarrinha, José Barreto, José Amado Mendes, José Pacheco Pereira, Vasco Pulido Valente... .

90 *Segurança social em Portugal. Evolução e tendências*, Lisboa, IED, 1985.

91 *De meninos se fazem homens...*, cit. .

92 *O aglomerado urbano de Setúbal: crescimento económico, contexto social e cultura operária. 1880-1930*, Coimbra, 1995 (policopiado). Do mesmo ano data a tese de mestrado de Maria de Fátima M. Martins Pinto: *Os indigentes na cidade de Lisboa durante o 1º terço do séc. XX: entre a assistência e a mendicidade*, Lisboa, 1995 (policopiada).

93 Polemiza-se em Portugal acerca da natureza fascista/italiana ou tão só autoritária/conservadora do regime de Salazar. Optam pela primeira nomes como o de Manuel de Lucena ou Manuel Villaverde Cabral e pela segunda Manuel Braga da Cruz ou Maria Filomena Mónica.

94 Anabela Carvalho e Helena Mouro, *Serviço Social no Estado Novo*, Coimbra, Centelha, 1987.

Braga da Cruz em *As origens da democracia cristã e o salazarismo*<sup>95</sup> diz, em síntese, o seguinte: os grupos activistas católicos numa primeira fase que decorre de 1843 (data da fundação da *Sociedade Católica*) até finais do século XIX orientaram os seus esforços para o combate ao liberalismo enquanto regime político que prejudicava a Igreja - época a que o autor chama *associativismo católico antiliberal*. Depois, a partir de 1894, no seguimento da intervenção dos bispos portugueses na Câmara dos Pares, aceitam integrar-se na nova ordem constitucional iniciando-se a fase do “*sindicalismo*” *católico anti-socialista* com o aparecimento dos primeiros círculos de operários católicos em 1898. O combate é então contra o socialismo que alastrava no mundo operário. Para isso, era necessário conquistar a adesão dos trabalhadores e a forma de o fazer foi pugnar pelos seus direitos sociais. Assim, os activistas católicos (nos círculos operários, nos centros académicos, nos congressos...) abraçam a questão social, mais por tática que por convicção. O que é certo é que as preocupações sociais dos católicos se aprofundam, chegando muitos deles a pugnar por um socialismo cristão, pela justiça social como consequência absoluta da mensagem evangélica. Com a República e a perseguição à Igreja, os militantes católicos foram empurrados para a luta política desmantelando-se o movimento social. É uma nova fase da acção dos católicos que oscila sempre entre a “questão religiosa” e a “questão social”. De qualquer forma, foi neste meio, onde as motivações políticas e sociais se discutem e interpenetram, que se formou e singrou Oliveira Salazar. Assim, segundo Braga da Cruz, o salazarismo (diferentemente do nazismo e do fascismo) vai beber ao catolicismo social as suas origens e a sua inspiração desvirtuando-se, é certo, mas é lá que colhe a noção de interclassismo, a condenação da existência de partidos políticos, o primado da moral sobre o social e deste sobre o político, o intervencionismo estatal, o corporativismo parlamentar, o “conservadorismo ruralizante”.

Quanto à obra de Fátima Patriarca, *A questão social no salazarismo: 1930-1947*<sup>96</sup>, julgamos poder sintetizá-la da seguinte forma: logo nos inícios dos anos 30 o salazarismo, aproveitando habilmente as clivagens ideológicas e organizativas dos trabalhadores, controlou os sindicatos e retirou aos trabalhadores direitos sindicais e políticos, destituindo-os de qualquer capacidade reivindicativa. Depois, substituiu-se e assumiu o papel paternalista de “procurador dos proletários” confundindo e desorientando o movimento sindical de esquerda, captando adesões entre as associações de trabalhadores e esvaziando de sentido grande parte dos movimentos reivindicativos existentes.

“O regime não viera equilibrar, antes viera desequilibrar, e de forma inexorável, as condições e os poderes entre as partes. A desigualdade e a assimetria entre capital e trabalho viam-se agravadas. Nestas circunstâncias, ao Estado não resta outra alternativa que não seja compensar

---

<sup>95</sup> Lisboa, Presença/Gab. de Investigações Sociais, 1980.

<sup>96</sup> Lisboa, IN-CM, 1995.

esse desequilíbrio, assumindo o ónus da defesa dos “debaixo” e, com ele, o encargo de resolver as tensões mais fortes ou as desigualdades mais críticas”<sup>97</sup>.

Por isso, o governo impõe, contra a vontade patronal, uma regulamentação colectiva do trabalho: horários, salários mínimos, uma Caixa de Auxílio aos Desempregados, instituições de previdência... Medidas insuficientes mas que geraram resistências por parte dos empregadores. Assim, e é esta a novidade da tese de Fátima Patriarca, o salazarismo numa primeira fase (de 1930 a 1947) interessou-se e pugnou por justiça social procurando realmente defender os interesses dos trabalhadores da indústria. Mas o Estado

“ao procurar apoiar e proteger as classes trabalhadoras, não só vai perdendo a sua margem de manobra como entra em choque com as classes dirigentes e a estrutura social vigente, estrutura que o regime mantém intacta e que, pela sua índole, nunca esteve em causa alterar. Dado o carácter intolerável deste conflito, o papel do Estado nas relações entre capital e trabalho vai estar condenado também ele a esvaír-se ou a desaparecer a mais curto ou longo prazo”<sup>98</sup>.

Depois de 1947 o Estado Novo acabou por “recuar e abdicar da sua política de justiça social”<sup>99</sup>.

Por sua vez, Anabela Carvalho e Helena Mouro no seu estudo sobre o serviço social, defendem que “o modelo de Serviço Social prescrito em Portugal não foi substancialmente diferente do modelo realizado nos países mais desenvolvidos industrialmente no mesmo período de tempo i.é. anos 30-60”<sup>100</sup>. E, mais adiante,

“qualquer particularidade que possamos atribuir ao modelo de Serviço Social em Portugal não terá que ver com o modelo em si, mas terá que ser referenciada aos limites políticos do regime, que impedem que as formas de protecção social se desenvolvam, nomeadamente a partir dos anos 50, no quadro de um regime de Segurança Social segundo os pressupostos do Estado Providência”<sup>101</sup>.

A opinião de Maria Filomena Mónica sobre a política de assistência durante o Estado Novo é notoriamente diferente: “Situava-se fora da ortodoxia do regime todo e qualquer tipo de assistência social por parte do Estado, a quem apenas competia estimular a caridade privada e não substituí-la”<sup>102</sup>.

Segundo H. Mouro e A. Carvalho é durante o Estado Novo, pelos anos 40, que se ultrapassa o modelo de beneficência, isto é, “da dimensão meramente curativa da assistência” e se chega à sua acção preventiva sempre assente na matriz da caridade cristã. Contudo, como

---

<sup>97</sup> *Idem*, vol. II, p. 651.

<sup>98</sup> *Ibidem*, vol. II, p. 652.

<sup>99</sup> *Ibidem*, *loc. cit.*

<sup>100</sup> *Op. cit.*, p. 7.

<sup>101</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>102</sup> *Educação e sociedade no Portugal de Salazar (A escola primária salazarista 1926-1939)*, Lisboa, Presença/Gab. de Investigações Sociais, 1978.

afirma Fernando Maia, o 1º “Estatuto da Assistência Social”, aprovado em 1944, “apontava claramente para uma função *supletiva* do Estado na prestação directa da assistência, reservando para si a função orientadora, promotora, tutelar e de inspecção das actividades assistenciais”<sup>103</sup>. Assim, “o apregoado princípio da universalidade da protecção não ultrapassou os limites da mera afirmação legal sem aplicação efectiva”<sup>104</sup>. Aliás, em 1961 reconhecia a própria Câmara Corporativa que

“ 'na prática apenas os sectores do *comércio, indústria e serviços* acusam expansão satisfatória'; 'na *pesca*, a protecção realizada... utilizou sobretudo fórmulas assistenciais'; na *agricultura*, o índice de cobertura da população rural pelas Casas do Povo não ultrapassava um quinto, e os respectivos benefícios não se situavam, 'na maior parte dos casos, acima de níveis modestos' ”<sup>105</sup>.

De facto, nos inícios dos anos 60 “cerca de 30% destes trabalhadores [do comércio, indústria e serviços] e 40% dos respectivos familiares estavam fora da organização da previdência social. Entre os excluídos importa mencionar, além dos trabalhadores independentes, diversos grupos de empregados e trabalhadores assalariados.

No que se refere aos trabalhadores ligados ao sector da agricultura, mais de 80% da população activa 'segurável' estava fora de toda a protecção da previdência social que, por sua vez, para estes interessados não cobria senão certas eventualidades. Os familiares excluídos rondavam os 83%. Quanto aos trabalhadores da pesca, a organização das Casas dos Pescadores abrangiam praticamente a sua totalidade. Porém, com uma protecção de cariz tipicamente assistencial”<sup>106</sup>.

Só em 1970 foi aprovado o regime especial de previdência dos trabalhadores rurais e é só após o 25 de Abril que se evolui do conceito de assistência/previdência para o de segurança social<sup>107</sup>. Logo em Maio de 1974 o programa do 1º governo provisório estabelece a “substituição progressiva dos sistemas de previdência e assistência por um sistema integrado de segurança social”<sup>108</sup> e nesse mesmo mês é “instituída uma pensão social para todas as pessoas com mais de 65 anos de idade ou inválidas que vinham beneficiando de meros subsídios de assistência e não se encontravam abrangidas por quaisquer esquemas de previdência”<sup>109</sup>. A Constituição de 1976 consagra finalmente o princípio basilar de que todos

---

<sup>103</sup> *Op. cit.*, p. 21.

<sup>104</sup> *Idem*, p. 23.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>107</sup> Alguns meses antes, em Novembro de 1973, o Ministério das Corporações e Previdência Social tinha passado a designar-se Ministério das Corporações e Segurança Social (Fernando Maia, *op. cit.*, p. 87).

<sup>108</sup> Cit. por Fernando Maia, *op. cit.*, p. 88.

<sup>109</sup> *Idem*, pp. 94-95.

têm direito à segurança social.

Se estes estudos nos informam sobre a política social do Estado Novo, sobre as suas bases e linhas doutrinárias, pouco dizem das condições de vida concretas das populações. Falta, pois, a descida ao terreno.

Fernando Rosas debruçou-se sobre o assunto<sup>110</sup> fazendo uma das primeiras abordagens. Recorrendo a inquéritos da época para estabelecer rendimentos e despesas de famílias de assalariados rurais, conclui que pelos anos 30 no Alto Douro, Alentejo e Algarve

“em nenhum caso o salário isolado do 'chefe de família' assegurava a subsistência do agregado, mesmo em termos exclusivamente alimentares, e de uma alimentação (...) muito insuficiente e desequilibrada. Para cobrir as despesas básicas - com a comida, o vestuário e a habitação - era necessário o trabalho de todos os membros da família durante a maioria dos meses do ano e desde tenra idade”<sup>111</sup>.

Anos depois “os inquéritos à alimentação dos trabalhadores rurais do Douro, em 1942, revelavam que o regime alimentar dos assalariados rurais registava défices calóricos e proteicos que rondavam 'perto de metade do mínimo indispensável' ”<sup>112</sup>. Resultados semelhantes foram obtidos para o Alentejo<sup>113</sup>.

A habitação era miserável por todo o lado, tanto no Minho, como no Alto-Douro, na Beira Baixa ou no Baixo Alentejo. Fernando Rosas conclui portanto que o país tinha “índices impressionantes de miséria, insalubridade, promiscuidade e desconforto”<sup>114</sup> e que “é no contexto deste mundo rural de subalimentação e miséria que tomam sentido as esmagadoras taxas de analfabetização e de mortalidade infantil ou o peso das causas de morte ligadas ao tipo de alimentação”<sup>115</sup>.

Quanto aos operários dos anos 30-40: salários claramente abaixo dos mínimos de subsistência, excessivas horas diárias de trabalho, “desemprego, precaridade dos postos de trabalho” e o “âmbito muito limitado da previdência social”, tudo isto explica a degradação das condições de vida nas cidades<sup>116</sup>.

---

<sup>110</sup> *História de Portugal* dir. por José Mattoso, vol. VII, *O Estado Novo* de autoria de Fernando Rosas, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

<sup>111</sup> *Idem*, p. 54.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>115</sup> *Ibidem*, *loc. cit.*

<sup>116</sup> *Ibidem*, pp. 96-99.

Muitos outros estudos têm surgido nos últimos 10 anos sobre prostituição<sup>117</sup>, controlo de mendicidade<sup>118</sup>, níveis de riqueza<sup>119</sup>, política e condições de habitação<sup>120</sup>, política social no Estado Novo<sup>121</sup>... A pobreza em Lisboa nas primeiras décadas do séc. XX constitui o *dossier* temático da revista *História* de Junho de 1996. As Misericórdias, interessadas em tornar conhecida a sua acção ao longo dos tempos, agora que se avizinham os 5<sup>os</sup> centenários das mais importantes do país, começam a abrir aos investigadores os seus riquíssimos espólios documentais. Esperemos que a efeméride seja devidamente assinalada com trabalhos de qualidade. De facto, foram já elaboradas várias teses de mestrado tendo como objecto de investigação diversas Misericórdias, mas nestes estudos os historiadores da época moderna têm-se revelado mais activos. O *Dicionário de História do Estado Novo*, cuja publicação está em curso<sup>122</sup>, apresenta uma boa síntese sobre “assistência social” e anuncia-se para o 2º volume o artigo “pobreza”.

Quer dizer: finalmente a pobreza parece começar a despertar as atenções da investigação histórica portuguesa. O presente interpela sempre o passado e agora, quando os fenómenos da pobreza e exclusão social alastram no mundo e atingem consideravelmente as sociedades mais desenvolvidas, quando os governos ensaiam programas e os grupos políticos esgrimem entre si argumentos que (tantas vezes!) parecem ecoar os discursos dos governantes de antanho, como permanecer, nós historiadores, indiferentes a essas massas de miseráveis do passado?

Mas, face aos novos desafios da moderna historiografia, os estudiosos portugueses vêm-se obrigados a desbravar muito terreno porque há que conhecer quase tudo: desde a listagem de instituições beneficentes e o seu suporte económico e social, até à análise quantitativa e sociológica dos assistidos. Desde a identificação dos benfeitores e os seus discursos

---

<sup>117</sup> José Machado Pais, “A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX”, *Análise Social*, 77-79, Lisboa, 1983; José Machado Pais, *A prostituição e a Lisboa boémia do séc. XIX aos inícios do séc. XX*, Lisboa, Quercó, 1985.

<sup>118</sup> Maria de Fátima Coelho, “Mendicidade” em *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, coord. de José Costa Pereira, vol. I, Lisboa, Ed. de Selecções do Rider’s Digest/Publ. Alfa, 1990; Maria Antónia Lopes, “Os pobres e a assistência...”, cit. .

<sup>119</sup> Maria Manuela Rocha, *Propriedade e níveis de riqueza: formas de estruturação social em Monsaraz na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1994.

<sup>120</sup> Maria Júlia Ferreira, *Habitação social em Portugal: breve história e alguns problemas*, Lisboa, 1988 (policopiado); Carlos Nunes Silva, “Mercado e políticas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX”, *Análise Social*, 127, Lisboa, 1994; Maria Júlia Ferreira, “O bairro social do Arco do Cego - uma aldeia dentro da cidade de Lisboa”, *idem*, Fátima Loureiro de Matos, “Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956”, *ibidem*.

<sup>121</sup> Pierre Guibentif, “Génese da previdência social. Elementos sobre as origens da segurança social portuguesa e as suas ligações com o corporativismo”, *Ler História*, 5, Lisboa, 1985; André Samouco, “O Estado-providência e a sociedade rural...”, *Análise Social*, 121, Lisboa, 1993; G. Esping-Andersen, “Orçamentos e democracia: o Estado-Providência em Espanha e Portugal, 1960-1986”, *Análise Social*, 122, 1993; Maria Manuela Castro Coutinho, *A assistência social em Portugal. 1965/1971: um período charneira*, Lisboa, 1993 (policopiado); Irene Pimentel, “O Estado Novo e a assistência às mulheres. A 'Obra das Mães' e as famílias numerosas”, *História*, 18, Lisboa, 1996.

<sup>122</sup> Publicado o 1º volume. Obra dirigida por Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (Lisboa, Círculo de Leitores, 1996).

justificativos até às suas motivações, desde o peso numérico dos assistidos até ao peso dos pobres em geral, sua repartição etária, por sexos, por estado conjugal, profissional, regional, por ruas, etc. E ainda as causas da pobreza reais e as causas atribuídas pelos coevos, as representações e codificações sociais de beneficentes e beneficiados, as propostas políticas concretas, as razões mais ou menos conscientes que estão por detrás de cada iniciativa ou reforma social, enfim um sem-número de interrogações que têm de ser esclarecidas para que o mundo dos pobres finalmente se revele.

Coimbra, Dezembro de 1996

Separata de: *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*. Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000.

Publicado originalmente em língua castelhana: Mariano Esteban de Vega (Ed.), *Pobreza, beneficencia e politica social*. Madrid, Marcial Pons, 1997, pp. 211-240.

Separata de: *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*. Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000.

Publicado originalmente em língua castelhana: Mariano Esteban de Vega (Ed.), *Pobreza, beneficencia e politica social*. Madrid, Marcial Pons, 1997, pp. 211-240.

Separata de: *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*. Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000.

Publicado originalmente em língua castelhana: Mariano Esteban de Vega (Ed.), *Pobreza, beneficencia e politica social*. Madrid, Marcial Pons, 1997, pp. 211-240.

Separata de: *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*. Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000.

Publicado originalmente em língua castelhana: Mariano Esteban de Vega (Ed.), *Pobreza, beneficencia e politica social*. Madrid, Marcial Pons, 1997, pp. 211-240.

Separata de: *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*. Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000.

Publicado originalmente em língua castelhana: Mariano Esteban de Vega (Ed.), *Pobreza, beneficencia e politica social*. Madrid, Marcial Pons, 1997, pp. 211-240.

Separata de: *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*. Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000.

Publicado originalmente em língua castelhana: Mariano Esteban de Vega (Ed.), *Pobreza, beneficencia e politica social*. Madrid, Marcial Pons, 1997, pp. 211-240.